



Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1980

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Gabriel Sampaio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse, Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Gabriel Sampaio (50). Achar-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Lineu Turra, Cyro Martins, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini e Romero Filho (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Do Sr. EMILIO ARGENTA, Presidente da Câmara Municipal de Palmas, o qual informa a Vossa Excelência que, a requerimento do Vereador JOSÉ TADEU CAMPOS ARAÚJO, foi transcrito nos Anais daquela Casa, votos de profundo pesar e um minuto de silêncio pelo infausto passamento do Deputado Estadual DOMÍCIO SCARAMELLA. — Ao conhecimento da Casa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, indica os nomes dos Srs. Deputados DENI SCHWARTZ e GERNOTE KIRINUS, para comporem a Comissão Especial que examinará os prejuízos causados à economia do Estado, com a construção de Usinas hidroelétricas.

Sendo o que me competia manifestar, subscrevo-me, Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

(a) RENATO BERNARDI

Líder do PMDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, indico o nobre Deputado TRAJANO BASTOS, para compor a Comissão de Redação, em virtude do afastamento do nobre Deputado Lineu Mansani Turra.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

(a) RENATO BERNARDI

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Sr. ARY FRANÇA CAMARGO, ocorrido na semana próxima passada, no Município de Prudentópolis.

Solicitam, outrossim, que a decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Nosso requerimento objetiva-se nos inúmeros serviços prestados pelo ilustre falecido à comunidade prudentopolitana, nos cargos que exerceu como Professor e Diretor do Ginásio Estadual de Prudentópolis, e por tratar-se de uma pessoa muito querida e por possuir um caráter incomum.

Em particular, um dos signatários, Deputado GILBERTO AGIBERT FILHO, deixa consignado sua profunda gratidão, na qualidade de ex-aluno ao seu insigne mestre e familiares.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

(aa) JOÃO MANSUR

GILBERTO AGIBERT FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO OLOLKOSKI, ocorrido na cidade de Irati.

Tal passamento vem consternar profundamente a sociedade iratiense, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida no setor familiar e privado, pois tratava-se de pessoa muito estimada na comunidade, sendo um dos pioneiros daquele município e de grande conceito e bom relacionamento em toda a região.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, residente em Irati-Pr.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

(a) JOÃO MANSUR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata, de um voto de aplausos pela posse da nova Diretoria da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, bem como o envio desta manifestação à entidade.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A Federação do Comércio Varejista é uma das entidades

de classe mais representativas de nosso Estado e vem mantendo, ao longo de sua existência, uma atuação efetiva em defesa dos interesses da classe. Hoje, foi empossado à frente da entidade o farmacêutico e advogado George Christofis, empresário no setor de produtos farmacêuticos há 25 anos em Curitiba. A Diretoria da Federação do Comércio Varejista é ainda integrada pelos vice-presidentes Carlos Machado (Londrina), Luiz Júlio Bertin (Maringá), Frederico Wiltembourg (Castro), Rubens Jacob Teig, Eugênio Menuci, Romildo Conte, Edison Santos e Lauro Stelfeld Filho; Zulmiro Antônio Bosio (Secretário Geral), Nelson Marty (1.º Secretário), Luiz T. Muller (2.º Secretário), Miron Saling (Tesoureiro Geral), Marino Poltronieri (1.º Tesoureiro), Francisco Luiz Teixeira (2.º Tesoureiro) e Francisco da Gama e Silva (Diretor Sindical).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício às autoridades acima referidas na súmula, solicitando seja feito um reestudo atento na distribuição da arrecadação da Loteria Esportiva e da Loto, na parte concernente a "Fundos e Programas Sociais".

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O presente solicitado visa a uma ligeira correção na distribuição do arrecadado pela Loteria Esportiva e até pela Loto, diminuindo-se um pouco a atual quota do "Desenvolvimento Social" e da Previdência, para, não só melhorar a do MEC, como ainda fixar uma redistribuição para a Educação em si e para os Desportos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco Central, Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil e Ilustríssimo Senhor Diretor do Crédito Rural.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício às autoridades acima referidas na súmula, solicitando seja feito um reajuste na classificação de Produtores Rurais e aumento de liberação de financiamento (para fins rurais) de no mínimo 50% a mais da liberação ocorrida em cada exercício financeiro imediatamente anterior.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O reajuste ora solicitado viria ao encontro dos interesses comunitários de municípios onde os pequenos produtores poderão contribuir para maior desenvolvimento econômico da Agricultura, seja na produção exclusivamente agrícola seja na pecuária, na suinocultura, na avicultura etc..

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Coronel Haroldo Ferreira Dias, exigindo providências contra os constantes roubos de caminhões e camionetas na região norte paranaense, principalmente em Londrina.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

As quadrilhas especializadas em roubos de caminhões e camionetas continuam agindo livremente no Norte do Paraná.

Os apelos das vítimas se perdem nos corredores da Secretaria de Segurança.

A região norte paranaense está à mercê de quadrilhas fortemente armadas e organizadas que não temem a ação policial que, diga-se de passagem, é impotente e comprometida.

As acusações contra os organismos policiais, que agem de forma conivente, merecem do Senhor Secretário medidas drásticas e saneadoras.

Os assaltos contra caminhões carregados de café diminuíram, porém de uns meses para cá, os marginais centraram sua ação em caminhões novos, tipo carreta, e camionetas C-10, que simplesmente "desaparecem" após o roubo.

As vítimas estão descrentes das autoridades policiais, pois sabem que sem "propina" o imobilismo é total. As acusações de suborno são constantes. Se a vítima oferece à polícia certa quantia em dinheiro para recuperar o veículo, a proposta dos marginais sempre é superior, caracterizando-se o suborno.

É de se estranhar que caminhões sejam roubados à luz do dia e simplesmente "evaporam".

Coincidência também, é o fato de existirem, nas obras da Represa de Itaipu — lado paraguaio — mais de 5 (cinco) mil caminhões brasileiros. São caminhões roubados — grande parte — no Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná e que num "passe de mágica" são colocados no outro lado da fronteira, nas barras das nossas autoridades.

As vítimas acusam os organismos policiais do Estado de coniventes e corruptos.

Sabemos que os baixos salários dos policiais e a falta de estrutura nas delegacias do interior, forçam a corrupção. Mas a população não pode sofrer os reflexos dessa crise moral.

Estamos, assim, exigindo providências da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER, seja encaminhado o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Aureliano Chaves, Presidente da Comissão Nacional de Energia, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da PETROBRÁS, no sentido de viabilizarem a exploração do xisto em termos industriais, substanciado na política do II PND que preconiza a necessidade de se reduzir a nossa dependência em relação ao petróleo, através de locações de maiores recursos.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado o expediente anexo às autoridades mencionadas, a fim de viabilizem a exploração do PROGRAMA DO XISTO, — particularmente no Estado do Paraná, onde possuímos grandes recursos geológicos do xisto — de forma mais efetiva, visando alcançar uma contribuição maior na corrida alternativa do petróleo no plano energético nacional.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos de dieta com a falta de feijão e, ainda, querem subtrair o óleo da panela do povo, para alimentar o transporte. Esta é a estratégia da Comissão Nacional de Energia de substituir o óleo diesel por azeite vegetal, esquecendo da nossa potencialidade do xisto como matéria-prima petroquímica cujo papel é de relevante importância no contexto econômico nacional.

Na verdade estamos em crise, mas já possuímos tecnologia própria, além de excelentes fontes alternativas energéticas, o que não acontece em outras partes do mundo.

A nossa reserva de xisto conhecida é de 2.018 milhões de barris, em áreas prioritárias existentes. Na Formação Irati destacamos a área de São Mateus do Sul, no Paraná, com características especiais, estimadas em 95 milhões de metros cúbicos. Ou seja, cerca de 600 milhões de barris, apenas para uma área teste de 80 quilômetros quadrados, dados da PETROBRÁS-SIX/80.

A Usina Protótipo de São Mateus do Sul, operando em sua capacidade total, permitirá o processamento do xisto para 2.200 toneladas, produzindo diariamente 1.000 barris/dia de óleo, 36.500 metros cúbicos de gás combustível e 17 toneladas de enxofre.

No entanto, para se alcançar uma participação maior e mais efetiva no programa de alternativa energética, torna-se necessário a implantação de usinas industriais visando o abastecimento do mercado interno, cuja produção deverá ficar em torno de 51 mil barris/dia de óleo xisto, conforme dados da PETROBRÁS-SIX.

Sabemos também que outras áreas contíguas a São Mateus do Sul, entre os rios Iguaçu e Negro, no Paraná, e Papanduva e Três Barras, em Santa Catarina, dispõem de recursos identificados, onde se poderia implantar o processo PETROSIX e, assim, através desse esforço reduzir o grau de dependência da economia brasileira de matérias-primas.

Para o Brasil que importa, atualmente, para atender o nosso consumo, 1.100.000 barris/dia de petróleo, urge que se faça reexame de adequação de sua estrutura para atender a demanda do óleo diesel, substituindo-o pelo óleo do xisto. Porque o País, hoje, com relação a situação de matérias-primas petroquímicas, restringe-se, praticamente, àquela resultante dos produtos e subprodutos de petróleo originários do Parque Nacional de refino e, principalmente, de nafta importada.

O gás natural, pelos elementos conhecidos e divulgados sobre a extensão de nossas reservas de jazidas identificadas, tanto para o gás associado ao petróleo como para o gás não associados, encontra-se limitado às regiões do Recôncavo Baiano e Sergipe, em níveis modestos. Daí a nossa posição em defesa de uma atividade mais ampla do xisto.

E para o Brasil, um instrumento básico da política é o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento — que preconiza a necessidade de se reduzir essa dependência em relação ao petróleo, substituindo-o por eletricidade, álcool, carvão, deve ser também incorporado o xisto, pela sua substância de mercado.

Levando-se em consideração essa exposição de motivos e observando-se a natural evolução do mercado brasileiro de produtos petroquímicos, faz-se necessário maior agilização desse programa. Para tanto é preciso local recursos financeiros para que se processe estudo geológico e se amplie a exploração do xisto compatível com as nossas reservas.

Portanto, cabe, agora, ao Governo Federal, com o apoio dos governos estaduais, abrir linhas de créditos para atender as necessidades desse Programa altamente significativo para o País.

Diante desses recursos geológicos de xisto — parte destes localizados no Estado do Paraná e em significativa quantidade comportaria, para a complementação do Programa, a implan-

tação de microrretortagens pela iniciativa privada, que utilizando material inaproveitável pela Usina de São Mateus do Sul viesse contribuir com uma parcela substancial da produção de óleo de xisto.

Experiência semelhante já foi feita na década de 40, por alguns homens da iniciativa privada, apesar de forma rudimentar, na região de Sapopema, chegaram a produzir cerca de 500 litros/dia de óleo de altíssima qualidade, tanto que era utilizado diretamente nos motores de explosão.

O óleo resultante é, como se sabe, monopólio estatal da PETROBRÁS, mas poderia ser vendido ao preço vigente na época, o que significaria um retorno rápido do investimento.

Além de constituir-se num empreendimento de expansão industrial, é um programa com benefícios sociais dele decorrentes.

Por estes aspectos é que me proponho chamar a atenção das autoridades brasileiras, no sentido de viabilizarem, quanto antes possível, a utilização desses recursos naturais, como fonte de suprimento de insumos básicos.

Afora todas essas vantagens apresentadas, o gás e o óleo do xisto, como matérias-primas, suas utilizações acarretam uma enorme economia de divisas para o País.

Estamos conscientes da existência do aproveitamento do xisto paranaense, mas, na verdade, está sendo conduzido com excessiva lentidão e mesmo preterido por outros programas mais divulgados e mais cortejados.

Por esta razão, faço, aqui, um apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, bem como ao Presidente da PETROBRÁS, no sentido de darem maiores recursos, viabilizando o programa do xisto, em termos industriais. Porque hoje, o País passa a exigir maior dinamismo quando se trata de alcançar outras alternativas energéticas que visam a nossa redução econômica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor INGO HUBERT, MD. Presidente da SANEPAR, solicitando a ligação de água e esgoto na Rua Arthur Leinig, no trecho entre as Ruas Solimões e Irmã Tecla, no Bairro Mercês.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma via pública próxima ao centro, e as residências dali não têm ao alcance água encanada nem esgoto. Somente essa quadra da Rua ARTHUR LEINIG, próximo ao Lar das Meninas, entre as Ruas Solimões e Irmã Tecla no Bairro Mercês, ainda não possui esses benefícios.

Todo o esgoto é jogado num córrego ali existente, exalando um cheiro desagradável, provocando assim um habitat próprio para vermes, moscas e mosquitos.

As águas pluviais também são intensas e acumulam sujeiras, misturando-se com o lixo já existente no local.

A água para abastecimento é provida de um poço precário e sem condições higiênicas, expondo os usuários a uma série de conseqüências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da SENEPA, para que tome medidas urgentes, a fim de solucionar e regularizar o abastecimento de água na sede do Município de São José da Boa Vista.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1980.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do Município de São José da Boa Vista, no Norte Velho do Estado estão passando por grandes dificuldades em função do precário abastecimento de água, pois somente a cada cinco (5) dias são abastecidos, o que está preocupando toda a população e acarretando prejuízos em diversos setores da sociedade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Lei n.º 121/80, de sua autoria, que visa alterar a delimitação territorial de distritos no Município de Guarapuava, com parecer da CCJ e em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1980.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de TELEX ao Presidente do INCRA, ao Coordenador Regional do INCRA, ao Governador do Estado, ao Presidente do ITC e ao Secretário da Justiça, solicitando URGENTES medidas, visando colocar fim ao grave conflito possessório existente na localidade de Brasiliana, Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O patrimônio de Brasiliana, Município de Assis Chateaubriand, vive momentos de grande tensão e profunda inquietação, face ao problema possessório lá existente.

A área em conflito equivale a aproximadamente 600 alqueires, sendo que a grande maioria foi desapropriada por interesse social. Mas, os quase 70 alqueires da área urbana continuam sem definição dominial, sendo que o pretensão proprietário, Sr. José Fernando Andreazza, utiliza-se de jagunços para amedrontar os posseiros lá residentes.

Em contrapartida, os agricultores não se intimidam. E se não houver imediata solução, o caso provocará consequências ainda mais graves.

A violência está presente na região, pois os jagunços armados estão a amedrontar os posseiros, além de queimar, como há poucos dias, a madeira que um "bóia-fria", Sr. Alécio de César, usaria para construir sua casa.

O grave problema social, deve, portanto, ser sanado o mais breve possível, através da titulação da área aos posseiros.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 159/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS DE ASTORGA, com sede na Cidade de Astorga.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela Lei n.º 6996, de 10 de janeiro de 1980, que regula as normas para declaração

de utilidade pública.

A ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS DE ASTORGA, tem por finalidade proteger e educar as crianças órfãs, baseada nos princípios de fraternidade, solidariedade e compreensão daquelas crianças cujas mães trabalham fora do lar. Organizar, instalar e manter estabelecimentos, tais como creche, casa da criança etc.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares, e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, as presenças, neste plenário, dos Srs. Deputados Norton Macedo e Amadeu Geara.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, um requerimento solicitando providências sobre os constantes roubos de caminhões e caminhonetes, na região Norte do Paraná, principalmente em Londrina.

E justificamos com detalhe muito importante: - mais de 5.000 caminhões brasileiros trabalham, hoje, na Binacional Itaipu, do lado paraguaio, caminhões que foram roubados principalmente nas regiões Norte, Oeste, Sudoeste do Paraná, Sul do Mato Grosso, levados para o Paraguai e, hoje, servem àquele governo nas obras de Itaipu.

A região Norte do Paraná está à mercê de quadrilhas fortemente armadas, organizadas, que não temem a ação policial. E, diga-se de passagem, a polícia é impotente e comprometida.

As acusações contra os organismos policiais que agem coniventes, merecem do Sr. Secretário da Segurança Pública, medidas drásticas e saneadoras.

Os assaltos contra caminhões carregados de café diminuíram. Mas, de uns tempos para cá, os marginais centraram a sua ação no roubo de caminhões novos, tipos carreta e de caminhonetes C-10; que, simplesmente desaparecem após o roubo. As vítimas estão descrentes das autoridades policiais. Pois sabem que se não houver propina o imobilismo é total. As acusações de suborno são constantes. Se a vítima oferece à polícia uma certa importância para reaver o veículo, essa proposta é coberta, e sempre superior por parte dos ladrões, caracterizando-se aí o suborno.

É de se estranhar, que dois ou três caminhões são roubados por dia, na região Norte do Paraná e simplesmente se evaporam.

Coincidência também - volto a afirmar - é o fato de existirem mais de 5.000 caminhões brasileiros no lado paraguaio, na Binacional de Itaipu, caminhões roubados do Paraná e Mato Grosso.

As vítimas acusam os organismos policiais do Estado de coniventes e corruptos. Sabemos que os baixos salários pagos aos policiais, bem como a falta de estrutura nas delegacias do Interior, acabam desaguando na corrupção, fatalmente. Mas, a população não pode sofrer os reflexos desta crise de moral da polícia paranaense.

Estamos apelando ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Coronel Haroldo Ferreira Dias, que tome as providências cabíveis. E se não tiver condições, que tenha a ombridade de renunciar o cargo de Secretário. Porque essas

quadrilhas têm ligações estreitas com certos delegados do Norte do Paraná.

Então, em função desses roubos constantes de caminhões que são levados para o Paraguai, é que estamos exigindo as providências do Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, nesse sentido.

Muito obrigado. - *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilton Friedrich, inscrito.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Le): "O patrimônio de Brasiliana, no Município de Assis Chateaubriand, vive momentos de grande tensão e profunda inquietude.

Tudo começou há mais de seis anos, quando a Colonizadora Norte do Paraná S/A, protagonista de inúmeras violências sociais e injustiças as mais diversas, principalmente na região da denominada Gleba "Cinco Mil", no mesmo município, vendeu grande parte da área formadora dos setores rural e urbano de Brasiliana, contendo vício dominial, que acarretou a não implementação de "venda boa, firme e valiosa".

Em assim sendo, sérios transtornos se viram envolvidos os adquirentes, pois não conseguiam escrituração definitiva e hábil, impedindo o acesso ao competente registro público e aos financiamentos agrícolas, imprescindíveis ao desenvolvimento daquela área. Acresce-se ainda, que tais adquirentes, na esmagadora maioria, eram ou são minifundiários ou homens sem terra.

Como o problema se ampliava, os conflitos se multiplicavam e as incertezas aumentavam, aos poucos os posseiros começaram a se reunir, foram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand, e acabaram se dirigindo ao INCRA, mediante uma comissão que levou um abaixo-assinado com mais de 400 firmatários, solicitando urgente solução ao caso, face sua gravidade.

Obtiveram do INCRA a afirmação categórica de que a questão litigiosa teria um equacionamento definitivo, via desapropriação da área, aproximadamente 600 alqueires.

E efetivamente, após solicitações que se repetiam, houve a desapropriação, por amplo interesse social, de toda a gleba. Desapropriação ampla, total. Eram quase 400 famílias aguardando a tão esperada justiça social.

Mas, novos obstáculos surgiram.

Principalmente quanto à área urbana do Patrimônio de Brasiliana e a denominada "área de expansão" ou de reserva para a futura cidade, num total próximo a 70 alqueires, passou a ser palco de agitação e conflito.

É importante destacar que muitas famílias aos poucos foram desistindo de lutar pela posse e prosseguir na atividade agrícola. Só alguns resistiram. E os que resistiram, estão amargamente decepcionados com as autoridades, com a Polícia Federal, e ainda mais, com o INCRA, pois reunindo poder para equacionar o litígio em favor dos pequenos produtores e dos homens sem terra, assim não procede, ferindo interesses dos que desejam a terra para nela produzir.

Inadmissível que o interesse coletivo não tenha preponderado, uma vez que o não esperado ocorreu: desapropriação da Gleba, as terras não se destinam aos objetivos sociais que movem qualquer ato desapropriatório com as singularidades em tela. Na verdade, a área RETORNOU à Colonizadora ou seus prepostos, havendo "a posteriori", cessão para um fazendeiro, que coincidentemente é proprietário de duas áreas próximas ao patrimônio, que totalizam 300 alqueires, sendo uma delas nas proximidades da atual demanda.

E o "novo ocupante", fazendeiro de Cascavel e de Brasi-

liana, era José Fernando Andreazza (e irmãos), para poder fazer valer o seu "direito", simplesmente utilizou mais ou menos 20 homens (jagunços), disfarçados de bóias-frias, e mais seis tratores, iniciando de pronto o preparo e plantio da terra invadida pela força.

Inclusive lavrando, gradeando e preparando a terra nas áreas limítrofes das próprias residências de alguns pequenos trabalhadores que lá estão residindo. Embora, sob ameaças e violências concretizadas, inclusive, Sr. Presidente, a queira do madeirame que o bóia-fria Sr. Aléssio de César tinha adquirido para construir a sua residência, foi criminosamente efetivada tal queima há menos de 14 dias.

E não se pode esquecer que antigos posseiros e muitos homens sem terra não se intimidaram assim mesmo.

Procuraram e procuram defender como estão fazendo agora, os seus interesses. Mas vale aduzir aqui que representantes do próprio INCRA, e se faz justiça nessa manifestação da tribuna, representantes do próprio INCRA animaram os posseiros quando da realização de uma reunião no patrimônio de Brasiliana há poucos meses, uma vez que garantiram perante os populares, perante o povo lá presente, que a terra seria deles. Seriam demarcadas chácaras de um alqueire e meio para ocupação imediata e definitiva, pois até o mapeamento prévio e precário já existia para tal finalidade.

Ante tal perspectiva, voltaram a ocupar a denominada área de expansão do patrimônio.

Mas, o que acabaram recebendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Acabaram recebendo a presença temerosa da Polícia Federal que foi lá para obter depoimentos de mais de 10 trabalhadores rurais sobre a questão.

Como se isso não bastasse, iniciou-se um crescente processo de medo, de temor para os posseiros e seus familiares. Pessoas armadas começaram a desfilar pelas ruas da vila. Ameaças veladas foram efetivadas e o ambiente tenso e pré-convulso, foi também se realizando.

Inclusive no último dia 23 de outubro, três moradores de Brasiliana foram detidos e levados pela Polícia Federal para Guaíra, após rápida passagem no mesmo dia pelas dependências da Polícia Federal, foram conduzidos e colocados na cadeia da Delegacia de Polícia de Guaíra, dormindo em piso frio como se fossem criminosos da pior espécie.

Conduzidos que foram, portanto, quilômetros e quilômetros do Município de Assis, da Vila Brasiliana, limite com o Município de Toledo a Guaíra, para prestar depoimentos na Polícia Federal.

Eis que, ficaram poucos minutos na Polícia Federal no dia 23, e foram levados à cadeia, à prisão da Delegacia de Polícia Civil, para, só no outro dia, retirados da Delegacia, serem novamente conduzidos à Polícia Federal para novos depoimentos, inclusive foram realizados durante horas e horas, até o fim da tarde.

A noitinha, reconduzidos até a Vila onde residiam, e estes senhores, queremos deixar registrado, foram Arvino Lauter, Guido Krüger e Cleomar José Crosselli, os que sofreram esta prisão que entendemos arbitrária e o que é mais absurdo, totalmente desnecessária porque, inadmissível, foi vê-los na prisão exatamente na noite do dia 23 a 24 de outubro, no Município de Guaíra, em outra jurisdição, quando foram apenas conduzidos para depoimentos e esclarecimentos à Polícia Federal.

Mas, ante tal e angustiante quadro, resta exigir, conclamar, pedir que as autoridades competentes procedam, de imediato e com firmeza, a titulação da área em litígio, não para a colonizadora ou seus prepostos, muito menos para quem quer que seja, a não ser esses trabalhadores rurais que reivindicam esta área de expansão ao redor do patrimônio de Brasiliana.

Ora, Sr. Presidente, seria exatamente auxiliar e promover

uma atenção a proprietários rurais pequenos, a homens de pouca terra e a muitos bóias-frias que exatamente são os que mais procuram receber este alqueire e meio de terra, que foi garantido pelo INCRA antes, e que agora não se concretiza; porque em todos os recantos do município e do distrito, a voz corrente é de que o INCRA irá titular ao fazendeiro, Sr. Andreazza, do Município de Cascavel, já proprietário de 320 alqueires ao redor do patrimônio.

Mas, Sr. Presidente, esta população aguarda uma solução ainda que tardia. Ainda hoje, mantendo um contato telefônico com Assis Chateaubriand, falávamos com o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, e ele nos dava a informação de que, ontem, diante da gravidade do problema e da circunstância em que a coisa está posta, viu-se na contingência de fazer uma representação criminal na Delegacia daquele município, em razão do número de pessoas que continuam armadas, percorrendo as estradas e as ruas do distrito da vila do patrimônio de Brasileira, fazendo referência à queima de madeira de uma casa que pretendia construir um bóia-fria, no lugar.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma testemunha que tinha sido arrolada para exatamente no inquérito policial depor e esclarecer muitas coisas, foi intimidado de maneira clara e agressiva, porque os que o visitaram disseram que, se ele fosse testemunhar na representação criminal na Delegacia de Assis Chateaubriand, iriam derrubar a sua residência, inclusive utilizando de tratores e correntes para proceder com maior rapidez.

Intimidando famílias, intimidando moradores do lugar, além de estarem lá fazendo este processo de terror e de medo, criaram também outro tipo de caos, que é exatamente o de estarem trabalhando na terra enquanto que a Polícia Federal lá foi para auxiliar e intimidar aqueles que pretendiam trabalhar, porque a terra deveria ser para quem deseja produzir.

Tem o aparte o Deputado Gernote Kirinus, que havia solicitado.

O Sr. Gernote Kirinus — Deputado Nelson, nada mais do que parabenizá-lo, em trazer à tona mais uma vez, em mais de uma centena de casos gritantes de conflitos que existem em torno do problema da terra.

Isso tudo acontece, nobre Deputado, diante de declarações oficiais estranhas, porque a existência de jagunços, de pistoleiros...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Disfarçados de bóias-frias, às vezes.

O Sr. Gernote Kirinus — Outras vezes inclusive com uniformes da Polícia Militar, como tem acontecido no passado, deveria já ter desaparecido.

Porque, em Cascavel e na região toda, foram feitas duas operações com delegados especiais, para fazer a limpeza.

Já este Parlamentar, obteve daqui, de Deputados desta Casa, a promessa de que seria passado um "pente fino" em Nova Aurora, só que os dentes desse pente deviam estar quebrados, porque, de fino, nada tinham.

Nós temos esse caso que Vossa Excelência traz neste momento, e que preocupa a todos nós, em que se caracteriza a invasão de terras feitas por um fazendeiro, por alguém que deve estar muito bem acobertado; invasão de terras, invasão de propriedades que não são deles; são daqueles que, segundo o Estatuto da Terra, segundo a garantia do próprio INCRA, que não pode negar o Estatuto da Terra, e ainda garante àquele que por vários anos plantou e cultivou a terra, a sua permanência nela—, e contra eles nada acontece.

Joga-se a Polícia Federal exatamente em cima dos posseiros que, sem arma, que na resistência pacífica estão ali nada mais cometendo o grave crime, segundo as orientações do atual Governo, de produzir feijão preto, batatinha, cebola, para evitar que o País importe cebola; criando a galinha crioula

no terreiro, criando e contribuindo com os produtos de primeira necessidade e segundo a orientação do atual governo, isto é um crime, porque impede que um fazendeiro possa produzir o feijão soja para os americanos, para as multinacionais, para a exportação.

Portanto, nós temos além desse caso, um outro que está prestes a explodir em termos de quase violência, que é o caso da Fazenda 7 Pecados, de Santa Helena, cujos posseiros lá estão, inclusive arrolados na justiça, mas a orientação do INCRA, dos advogados, da Justiça em si, é de que eles devem permanecer, porque saindo da posse, perderiam todos os direitos.

No entanto, permanecer como, se lá estão eles cercados por mais de 50 jagunços, desesperados, recebendo orientação de resistir pacificamente, diante de jagunços fortemente armados.

Nós temos em Nova Aurora, o caso dos irmãos Bállico, que há mais de dez anos, o mesmo era administrador da Colonizadora Norte do Paraná, de origem duvidosa, e que inclusive estranhávamos aqui o silêncio do nobre Deputado Federal Paulo Pimentel, que tanto batalhava na época, em defesa dos pobres posseiros de Assis, vítimas da Colonizadora Norte do Paraná e de repente ele silenciou, mais nada se fala, e lá nesse mesmo campo estão acontecendo essas barbaridades.

A mesma colonizadora, o mesmo Adizio Figueiredo dos Santos, ex-administrador da Colonizadora, tem encurralado mais de 20 pessoas da família dos irmãos Bállico, em cinco alqueires de terra, esperando há mais de dez anos na Justiça, uma solução definitiva.

E todos lhes dizem: " — Tem que agüentar, têm que esperar".

Esperar o quê?

Esperar a morte de fome ou a morte violenta das balas dos jagunços?

Realmente, o INCRA, quando vai para o Sudoeste, quando vai para o Oeste do Paraná, a redistribuir e retitular terras já tituladas, e coloca em grandes manchetes que foram distribuídos tantos títulos para colonos que já tinham escritura, já tinham financiamento em banco, e que simplesmente trocaram a escritura por um título e tiveram que pagar mais uma vez pela terra que já tinham comprado e adquirido.

Eis o protesto dos lavradores do Sudoeste; eis o protesto dos lavradores reunidos em Missal, em Medianeira, e lá mesmo, perto de Missal, não conseguem resolver o problema da Fazenda 7 Pecados, cercada de jagunços; lá em Brasileira, não conseguem resolver o problema.

No entanto, nos jornais de todos os dias, está a grande obra de titulação do ITC e do INCRA. Porque não titulam estas terras que estão envolvidas nestes conflitos bárbaros, atentatórios aos direitos humanos?

Os boletins da Igreja estão cansados, inclusive de anunciar inúmeros casos, e mesmo hoje passará nesta Assembléia um projeto. Volta à tona o problema de São Jerônimo: "Índios e Posseiros não têm direito nem vez, nem voz, nesta terra".

Só isso para complementar.

E, mais uma vez, os parabéns ao nobre Deputado, por trazer à tona esse gravíssimo problema da estrutura fundiária do Estado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

Agradeço o aparte do Deputado Gernote Kirinus, que evidencia o conhecimento que tem, não só por ser ex-Secretário da Pastoral da Terra, no Paraná, mas também porque foi Presidente da Comissão de Terra e Colonização desta Casa, no ano passado. E temos certeza que foi um dos anos em que pontificaram inúmeras atividades, depoimentos, reuniões. Foi, talvez, na história da Assembléia, um dos anos em que mais tivemos a presença dessa Comissão, num assunto tão palpitante, agressivo, que é o de litígio da terra, o problema possessório, o problema agrário.

Esse é mais um caso que, aparentemente, tem-se a impressão que o INCRA não irá fazer nem a colonização nem a reforma agrária, mas usa até o processo desapropriatório para fazer apenas uma legitimação de títulos duvidosos.

Porque, a colonizadora que vendera essa área, num total de 600 alqueires, já a vendera com vícios. E não pode cumprir a obrigação da venda boa, firme e valiosa.

E aí, em função da crise que surgiu pela venda dessa área, em Assis Chateaubriand, é que o INCRA foi desapropriar. Desapropriando, atendendo o interesse social. Só que agora, em vez de atender o interesse social — entendendo social, exatamente o coletivo, exatamente o posseiro, o homem sem terra ou de pouca terra — o que acontece?

É a voz corrente que o INCRA já autorizou a Colonizadora a ceder essa propriedade para esse fazendeiro, que seria já o terceiro na história e que, portanto, o INCRA em vez de estar beneficiando e se valendo do interesse social da questão, e passando a titular os pequenos proprietários, os posseiros, os bóias-frias, acaba, na verdade, se voltando aos interesses de quem tem, no mesmo distrito, 300 e poucos alqueires fora a outra, em Cascavel.

Basta ver que ele tem o nome de Andreazza.

O Sr. Gernote Kirinus — Só para complementar, nobre Deputado.

No caso da Fazenda 7 Pecados, veja a imoralidade em que ficou o INCRA:

Está oferecendo àqueles posseiros, no sentido de haver acerto, uma terra na boca do Acre. Portanto, temos, como paranaenses, representantes do povo do Paraná, denunciar isto, porque é mais um órgão voltado contra o Paraná, além de Itaipu, que já nos arrancou esses 8 mil valiosos soldados da terra, sem indenizações justas, que pudessem fazê-los ficar no Paraná, tendo uma grande parte ido para outros Estados, outros países, o INCRA vem oferecer terras para deixar tranqüilo o fazendeiro que deixou, há vinte anos, aquela terra sem produzir nada, vem oferecer, na boca do Acre ou sei lá onde, terras, para a saída deles de lá, para entregar essa terra a um fazendeiro que nada fez até hoje, em prol da produção, em prol da riqueza que este Paraná já acumulou através das mãos desses trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço esse adendo.

Na verdade, o INCRA tem a solução, porque essa solução levou a uma reunião popular na localidade. Quando exatamente a pessoa que lá esteve, representando o INCRA de Cascavel, do projeto fundiário da região, o cidadão que lá esteve, confirmou que já existia até um mapa precário, nele constando a existência de diversas chácaras, de um alqueire e meio no mínimo, para assentar esses bóias-frias, definitivamente.

Inclusive para que tivesse o próprio patrimônio urbano em sua área, melhores condições de progredir.

Porque, não podemos esquecer que, nesse caso específico, a demanda, o problema, o litígio, é exatamente na circunstância que existe ao redor da área urbana, que seria a pretensão da colonizadora, no início, de transformar numa chamada área de reserva para expansão da área urbana.

Tem o aparte o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço pela sua gentileza, só que, coincidentemente, tenho um amigo que morava na minha cidade, Joaquim Távora, que comprou em Brasileira 15 alqueires de terra e três lotes da colonizadora. Quando a colonizadora não pode cumprir com o tratado, então o INCRA acabou titulando esse colono que foi da minha terra, que comprou documentos legítimos e está sendo titulado.

E é por isso que estou estranhando; Vossa Excelência duvidar do INCRA, duvidar da boa fé dos nossos Governos. Porque eles estão procurando fazer justiça.

Coincidentemente, tenho um sobrinho que mora em Nova Tupãssi, perto de Brasileira, que tinha um empregado que comprou terreno naquela região, da colonizadora, e a mesma não pode passar a documentação, o INCRA mandou medir graciosamente as suas terras, e está entregando, por um preço simbólico, as terras para esses colonos, para esses homens que compraram e adquiriram legitimamente.

Por isso, queria apenas esclarecer a Vossa Excelência, e dar a nossa parda e pálida verdade. Se Vossa Excelência quiser, traremos nomes de diversas pessoas que tiveram terras tituladas pelo INCRA, no Município de Toledo, no Distrito de Brasileira.

E, voltando, Deputado, ao problema do ITC, também quero comunicar a Vossa Excelência que, na semana passada, estivemos em Curiuva entregando terra a 80 colonos posseiros, pela iniciativa do Governo Ney Braga, que entregara a terra a seus legítimos donos e aos seus posseiros, homens que lá estão, por tradição.

Então é isso, Deputado, que Vossa Excelência está faltando, muitas vezes, com falta de orientação, atacando o Governo sem justa causa.

Vossa Excelência há de convir comigo, que trarei provas lá do seu Município de Toledo, em Brasileira, perto de Tupãssi, de 3, 4, 5 e 10 colonos que receberam titulação do INCRA, terra comprada da colonizadora.

Agora Vossa Excelência, só vê o verso da medalha. Então, é isso que não podemos, como parte da bancada do PDS, temos que esclarecer ao povo e à imprensa paranaense, para que não digam que nossos Governos são inertes, que nosso Governador não está procurando fazer justiça.

O que não podemos, Deputado, é dar vazão para baderneiros que querem tomar a terra, na marra.

Porque, se Vossa Excelência tem a sua propriedade comprada e paga, Vossa Excelência não pode dar razão para baderneiros, não pode dar chances. Embora sejam os homens que plantam, mas, existe por exemplo, mesmo no documento Pró-Terra, existe a legitimidade da terra e o registro da mesma.

Então é isso, Deputado.

E queria dizer a Vossa Excelência, que o ITC está entregando e entregou em Tibagi, mais de 200 títulos, entregamos em Curiuva 80 títulos, Deputados.

Então é isso que queria, que Vossa Excelência também fizesse justiça para nossa terra e para a nossa gente.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Vossa Excelência tem um minuto.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, a Liderança do PMDB concede o tempo necessário para o Deputado Nelson Friedrich continuar na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência passa a falar no horário da Liderança do PMDB.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado à Liderança, e continuo respondendo ao aparteante, que não está mais na sua poltrona, mas isso não impede, porque, para começar, estou falando de Brasileira no Município de Assis Chateaubriand, e não em Toledo. Para terminar, é preciso esclarecer que, quem não ouviu o pronunciamento, não poderia, nessas alturas, querer fazer a defesa das dores que não são suas. Porque, no pronunciamento, dizíamos que a colonizadora vendera uma gleba de 600 alqueires com vício de origem, e por isso o INCRA teve que desapropriar para bem titular.

Só que, não foi hábil e capaz para titular a chamada "área de expansão do patrimônio de Brasileira", e é exatamente ali que está o problema. E concordo com o aparte quando diz que tem um conhecido da sua cidade que foi titulado pelo INCRA.

Mas é exatamente isso o que nós dizíamos: em função da má fé desta colonizadora o Incra teve de intervir e desapropriar. E aí ele desapropriou e interviu realmente já titulou. Mas só que não tem agido da mesma maneira nesta área remanescente dentro da própria gleba litigiosa.

E aí está a questão. E é exatamente a área que circunda o patrimônio. E ali são diversas e diversas famílias que tinham a expectativa de residir definitivamente em chácaras conforme o próprio Incra prometera e que agora por estranho que possa parecer, movido o Incra por razões que não sabemos ou interesses que não queremos ainda revelar porque não apuramos profundamente, não entendemos porque o Incra não exatamente titula os posseiros, os bóias-frias em vez do fazendeiro, senhor residente agora em Cascavel, José Fernando Andrezza e alguns irmãos.

Mas, Sr. Presidente...

O Sr. Gernote Kirinus Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, só para observar o seguinte: o Deputado Gabriel Manoel tem razão, a colonizadora não conseguiu escriturar as terras. O Incra em vez de cassar a colonizadora que tem forte cobertura, e tem como sócios nomes muito relevantes aqui no Estado, em vez de cassar uma colonizadora que vende terras que não consegue escriturar, e dá escritura, a colonizadora continua vendendo terras.

O Incra tem que intervir. E em vez do Incra intervir em cima da colonizadora ele intervém em cima do povo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E aí está a gravidade, acaba tendo a certeza que vai receber o título e por isso a colonizadora já cedeu para o fazendeiro em tela. Eis o absurdo e eu repito. Mas, Sr. Presidente, antes de terminar este assunto, quero dizer que também encaminhamos um requerimento à Comissão de Terras da Casa, exatamente para esclarecer porque não viemos aqui para ampliar conflitos e fazer agitações. Para que se clareie definitivamente o quadro, encaminhamos ontem um ofício ao Presidente da Comissão de Terras da Assembléia para ouvir a Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand e mais especialmente agricultores, bóias-frias homens sem terra que estão envolvidos no litígio, até aqueles que estão entrando com este inquérito policial na Delegacia de Assis Chateaubriand, para que exatamente esta Casa tenha o depoimento de quem está envolvido no caso e que sofre esta agressão, essa violência social.

E além do mais, Sr. Presidente, como outra medida, estamos encaminhando um requerimento pedindo o envio de telex ao Presidente do Incra ao Coordenador Regional da Autarquia, ao Governador do Estado, ao Presidente do ITC, ao Secretário de Estado da Justiça, solicitando urgente solução do grave problema possessório da localidade de Brasiliana, Município de Assis Chateaubriand.

Este requerimento estamos encaminhando e solicitamos encarecidamente que os Srs. Deputados o aprovem na data de hoje para que o telex possa sair, se possível ainda hoje, porque o problema é grave. E ontem mesmo testemunhas, como já disse e repito, do inquérito policial foram ameaçadas, intimidadas para que não fossem depor na Delegacia competente.

Sr. Presidente, acabo de receber por parte da liderança exatamente para, em complemento do horário específico da liderança da bancada, fazer uma leitura da nota do PMDB, firmada pelo Deputado Renato Bernardi, líder do PMDB na Casa, e com data de 5 de novembro de 1980. Portanto, Sr. Presidente, após concluído este assunto específico, que viemos à tribuna, passamos a ler atendendo determinação que para nós é motivo de orgulho, da liderança do nosso Partido.

(Lê):
"Nota do PMDB
O Deputado NESTOR BAPTISTA foi alvo de uma grossa e intempestiva agressão por parte do Deputado Nelson Buffara, na sessão de 04.11.80.

seira e intempestiva agressão por parte do Deputado Nelson Buffara, na sessão de 04.11.80.

A Bancada do PMDB, em reunião ordinária, realizada na manhã de hoje, vem a público para manifestar sua total solidariedade ao companheiro NESTOR BAPTISTA, agredido pelo exercício de seu múnus parlamentar.

A agressão, além de repudiável em si, pela quebra do decoro inerente a qualquer Parlamento democrático, teve a agravante de ter sido dirigida contra um Deputado que está convalescendo de uma delicada intervenção cirúrgica a que foi submetido há 03 semanas.

O PMDB entende que o argumento parlamentar tem, na tribuna e na organização das bases populares, o seu único e válido instrumento.

Repudiamos, pois, esta atitude grotesca e toda e qualquer medida que venha a esvaziar, ainda mais, o Poder Legislativo.

Curitiba, 05 de novembro de 1980

a) Deputado RENATO BERNARDI

Líder do PMDB"

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Muito obrigado. Eu compreendo perfeitamente as razões que levaram o eminente líder do PMDB a assinar a nota que Vossa Excelência acaba de ler, como manifestação unânime da gloriosa Bancada do PMDB desta Casa.

Nós também lamentamos todas as vezes, em que se quebra a disciplina, se violenta o Regimento Interno desta Casa. Como lamentamos no passado a atitude grotesca também, repetindo as mesmas palavras da nota que Vossa Excelência acaba de ler, nós também lamentamos, a nossa bancada lamentou no passado, a grotesca, a violenta, a insólita agressão sofrida pelo nobre Deputado David Cheriegate, naquela oportunidade.

Evidentemente, não podemos verberar o procedimento da Bancada do PMDB em assinando esta nota e Vossa Excelência tornando-a pública desta tribuna. Lamentamos também, nesta oportunidade, todas as vezes em que o Regimento Interno desta Casa é violentado. Como lamentamos que alguns Deputados afoitos, inexperientes no trato da vida pública, se prevaleçam de determinadas reuniões, para ali lançar ao chão a honra de outros elementos, de outros Deputados seus colegas, integrantes do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Também nós da Bancada do PDS, verberamos a atitude de um Deputado que, numa reunião pública, numa reunião de lideranças, se prevaleça da condição de convidado para ali fazer politicagem, lançando injúria, lançando difamação e lançando calúnias a um outro integrante desta Casa. Conforme testemunhou aqui nesta Casa o nobre Deputado Adalberto Daros, que se ofereceu como testemunha acusatória contra um Sr. Deputado que, numa reunião pública, lançou uma infâmia, uma calúnia, contra a honra do nobre Deputado Nelson Buffara.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e este é o pensamento de nossa bancada com relação ao lamentável episódio ocorrido ontem nesta Casa.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em resposta ao aparte, preliminarmente não quero fazer juízo sobre o que aconteceu em uma reunião em que não estive. E as informações que dela procedem, exatamente desacreditam qualquer afirmação caluniosa ou injuriosa. Como não estive presente, mas como também tenho testemunho de pessoas que lá estiveram e exatamente não colocaram as coisas como se tentou colocar aqui, é que acho que, claramente, o assunto precisa ser melhor averiguado, para que não sejamos também instrumentos de fofocas ou interesses de quem talvez queira colocar Deputados, embora antagonistas partidários, num antagonismo físico e pessoal.

Há que se ter paciência e melhor aferição, para se evitar que, às vezes, sejamos instrumentos de interesses outros, em busca de atritos pessoais.

E, em segundo plano, com referência ao aparte do Líder do PDS, entendo que talvez de lamento em lamento, possamos evitar o enfrentamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Consulto à Liderança do P.P. se deseja fazer uso de seu horário reservado. (Declina)

Consulto à Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. (Declina)

No horário da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por formação, por índole e por razões de fôro íntimo, somos contra as empresas denominadas de multinacionais. Não sou defensor, muito menos advogado da empresa Impermodal, Consórcio de Transportes e Serviços, composta por 3 firmas genuinamente paranaenses que são: Cotrasa, Transportadora Tapajós e Transpesca. Todas essas com sede em Curitiba, que, aliás, nada têm de multinacionais e que são os agentes do navio que opera com o sistema "roll-on/roll-off", que quer dizer "rolar para dentro".

Talvez seja esta a única expressão multinacional "rolar para dentro", "roll-on/roll-off", em Paranaguá, como alguns políticos tentaram insinuar naquela cidade.

Quando recentemente um Deputado, discursando nesta Casa, afirmou que os trabalhadores de Paranaguá estavam enfrentando uma série de dificuldades, de desempregos, falta de serviço, naturalmente, pela implantação do "ro-ro", divergimos daquele Deputado, afirmando que este problema já vem se arrastando há vários anos naquela cidade litorânea, pela péssima política cafeeira implantada pelo IBC e pelos setores responsáveis pela comercialização do café, quer para consumo interno, quer para exportações.

E não por esse tipo de carga que teve o seu início há poucos meses, razão pela qual o seu problema é de anos, não pode ser esta a razão de desemprego.

Sempre estive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na linha de frente, quando os interesses dos trabalhadores estão em jogo. Jamais nos descuidamos da defesa intransigente dos homens sindicalizados da nossa cidade. Nesta casa de leis, através desses 14 anos de permanência, demos demonstrações claras e inofensíveis, em várias oportunidades, do nosso trabalho, a favor dos homens responsáveis pela movimentação dos Portos de Paranaguá e de Antonina.

Quando percebemos certo pânico dos sindicatos de Paranaguá, pela implantação do "ro-ro", mantivemos na semana passada, quando não tivemos sessões nesta Casa, mantivemos contato com o Sr. Secretário de Transportes, Dr. Nivaldo Almeida, demonstrando nossa preocupação, que era a preocupação dos trabalhadores de Paranaguá, e sugerimos a ele na terça-feira passada, pessoalmente, em contato que tivemos com ele na sua casa — já que era dia do funcionário público e não houve expediente nas Secretarias — e sugerimos que fossem feitos contatos, mantidos diálogos com a empresa responsável, a Impermodal, para que ela, deliberadamente, requisitasse os homens da estiva, dos sindicatos, dos conferentes, que são os principais sindicatos que operam em Paranaguá, a fim de que os estivadores e conferentes fossem requisitados — e estão sendo requisitados por mínima gentileza da Intermodal, que tem uma portaria. E estamos também pretendendo a revogação dessas portarias que, se são nocivas para os trabalhadores, também são nocivas para o Deputado que os representa nesta Casa Legislativa.

Não é necessário que políticos insinuem, nos sindicatos de Paranaguá, nossa participação nesse movimento, pois sabemos nossa obrigação para com o povo litorâneo.

Jamais nos furtamos de iniciar um movimento em benefício da cidade que, por 4 mandatos, nos mantém nesta Assembléia Legislativa como seu legítimo representante, sempre com votações crescentes, para orgulho deste Deputado que vos fala, neste momento.

Jamais pretendi ser o político todo-poderoso da minha cidade. Paranaguá, através de seus eleitores, sempre votou com acerto e probidade, prestigiando vários Deputados que fazem parte deste Poder, que tiveram votações expressivas e, por certo, continuarão obtendo.

Na última eleição, obtive a maior cordialidade, a maior simpatia, o maior respeito, para com os Deputados, na época da Arena, que fizeram suas campanhas em Paranaguá: João Elísio, João Mansur — muito bem votado —, Accioly Neto, que para tristeza desta Casa não conseguiu se reeleger, porque foi um grande parlamentar, um grande tribuno; Deputado Aírton Cordeiro, Renato Bueno, mantive e mantenho, boas relações com todos eles, porque nunca pretendi ser o todo-poderoso em Paranaguá.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência haver me concedido este aparte e, posteriormente, devolvo-o para que Vossa Excelência tenha a possibilidade de conceder aparte ao Líder de nossa bancada.

Apenas desejo solidarizar-me com Vossa Excelência, na defesa da tese que faz, sobretudo porque conheço Vossa Excelência e o passado de Vossa Excelência. Já estivemos em campos opostos, na atividade política. Mas sempre vi e ouvi, de Vossa Excelência, as palavras mais acertadas, em todos os momentos da sua atividade pública.

Vossa Excelência mereceu o respeito do tradicional povo de Paranaguá, mercê do seu trabalho incansável, da sua luta e da sua dedicação, da sua crítica construtiva, quando necessário, e do seu elogio sereno sem bajular, nos momentos em que era de se elogiar as obras conquistadas em favor de Paranaguá e do seu povo.

O passado de Vossa Excelência, de homem público, sério, retilíneo, o habilita ao exercício da legítima liderança política de Paranaguá.

E creio que Vossa Excelência deve, realmente, no momento em que sofre insinuações de pessoas menos preparadas para o exercício da atividade política, reagir e dizer, alto e bom som, aquilo que Vossa Excelência fez por Paranaguá. E aquilo que Vossa Excelência, por certo, irá fazer em favor dos trabalhadores daquele Porto. Porque, Vossa Excelência, pelo seu passado, que nunca faltou aos trabalhadores, aos mais humildes, é a certeza de que a sua atuação política e parlamentar estará sempre em favor do desenvolvimento de sua cidade, uma das mais tradicionais do Estado e em favor do seu operoso povo.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo-o ao Deputado Erondy Silvério, Líder da nossa bancada.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e quero repetir, exatamente, as mesmas palavras do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, é o mesmo sentimento que eu nutro por Vossa Excelência. Porque a primeira vez que entramos nesta Casa, entramos juntos eleitos pelo povo do Paraná em 1.966, Vossa Excelência sempre militando em área de Oposição, agora para nossa honra veio engrossar as fileiras do PDS.

Mas, nós pudemos aquilatar, em todos esses anos, o comportamento exemplar de Vossa Excelência, principalmente,

com relação aos demais Deputados desta Casa.

Não quero, absolutamente, condenar o Nobre Deputado Nestor Baptista, que por ele também nutro o mais profundo respeito. Apenas, lamentar, que se verdadeiras forem as informações que nos chegaram, que ele tenha usado realmente o nome de Vossa Excelência em uma reunião.

Quanto ao sistema que foi objetivo dessa polêmica, o sistema "roll-on-roll-off", eu apenas quero dar a minha opinião, isto sagrada, bem fundamentada.

É evidente que nós vivemos uma crise de energia, que é uma crise que todo o mundo ocidental vive, aliás, todos aqueles países que não têm petróleo, vivem esta crise de energia e têm que tomar medidas acatadoras. Porque, num futuro próximo, dizem os geólogos, principalmente, que dentro de no máximo 30 anos não teremos mais petróleo.

E o Brasil, que transporta toda a sua economia sobre rodas, utilizando principalmente óleo diesel, tem que convocar a capacidade criadora dos seus tecnocratas, dos seus técnicos, seus ministros, para que ofereçam opções à Nação, para substituir gradativamente o transporte via rodoviário.

E, esse sistema, não sei se é de multinacional ou senão é, esse sistema, efetivamente, é um sistema que é nosso, que é paranaense, o nome apenas que foi copiado não sei de que. Mas, é um sistema nosso, e que vai alcançar um sucesso extraordinário. Agora, todas as inovações no campo tecnológico principalmente, causam o desemprego.

Eu pergunto: E se vier um racionamento? Racionamento efetivo de combustível.

Milhares, milhões e milhões de brasileiros ficarão desempregados. Vamos começar pelos empregados de postos de gasolina, as montadoras de automóvel, motoristas, seria uma catástrofe para a Nação um racionamento. Então, não podemos analisar essa modalidade que se pretende implantar no transporte de bens e mercadoria, sob um clima emocional, absolutamente. Nós temos que analisar racionalmente, diante das circunstâncias de crise que vive o País neste momento.

Eu não quero mais perturbar o discurso de Vossa Excelência mas, quero prestar aqui o testemunho que eu tenho sobre o caráter com que Vossa Excelência se houve, nesses 14 anos que convivemos juntos aqui dentro, com um intervalo de 2 anos, que eu fui infeliz em 74.

Pude efetivamente, avaliar as excelsas qualidades de Vossa Excelência principalmente, no trato com os companheiros nesta Casa, tem sido efetivamente um gênero. Lamento profundamente as ocorrências de ontem à tarde, apelo a Vossa Excelência para que o bom senso volte a prevalecer, a fim de que não tenhamos a repetição desses quadros aqui dentro.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, Deputado Erondy Silvério, pelo aparte. Concedo o aparte ao Deputado Ailton Cordeiro.

O Sr. Ailton Cordeiro — Deputado Nelson Buffara, gostaria de neste momento, talvez não só em meu nome pessoal, mas em nome de muitos companheiros que fazem política em Paranaguá, dizer a Vossa Excelência que, solidários com Vossa Excelência, testemunhamos o que foi relatado da tribuna, especialmente no que toca à disputa política de 1.978.

E, não há como se deixar de reconhecer, que o caráter das pessoas tem a sua verdadeira dimensão de grandeza, na hora em que existe a disputa. E à época, combatíamos em lados diferentes, mas por objetivos comuns.

E eu pude entender perfeitamente a luta de Vossa Excelência, o sacrifício da campanha e a posição muito íntima que Vossa Excelência sempre manteve na defesa dos trabalhadores de Paranaguá.

Portanto, receba Vossa Excelência a minha solidariedade e a de muitos e muitos companheiros de Paranaguá e ao mesmo tempo um apelo: Eu tenho por Vossa Excelência uma

estima pessoal muito grande, como tenho uma estima pessoal muito grande pelo Deputado Nestor Baptista. O apelo no sentido de que haja uma reconciliação ampla, amiga, fraterna, o que só vem engrandecer este Poder.

E de resto Deputado Nelson Buffara, creia que nós temos absoluta tranquilidade ao dizer que conhecemos a conduta de Vossa Excelência e que sabemos perfeitamente do que Vossa Excelência é capaz.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Ailton Cordeiro.

Mas continuando o meu discurso, eu dizia e invoco o testemunho de tantos quantos já tiveram oportunidade de fazer campanhas em Paranaguá, como acabou de frisar o Deputado Ailton Cordeiro, da grande afinidade, do grande respeito que havia de parte a parte nas ocasiões em que os embates eram acalorados, nos momentos em que se falava mais pela emoção do que pela razão eu não tive atrito com nenhum dos Srs políticos que fizeram campanhas em Paranaguá. Não somente em 78, mas em 74, em 70 e em 66 também.

Enfim, nós já solicitamos uma reunião com os dirigentes e membros dos sindicatos de Paranaguá, para pormos um parapeiro nessas maldosas especulações e caracterizarmos nossa posição, que não é outra senão a defesa incondicional dos trabalhadores dos portos de Paranaguá e Antonina.

Ontem, quando o Deputado Nestor Baptista no horário reservado à liderança do PMDB, disse e as notas taquigráficas estão aqui para confirmar. Disse ele: "Na última quinta-feira tive a oportunidade de receber um convite dos Sindicatos dos Ensacadores e Carregadores de Café de Paranaguá, do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, representado por Isaias Vicente da Silva; do Sindicato dos Vigias Portuários, representado por Carlitto Cesário; do Sindicato dos Conferentes representado por Juarez Paulo dos Santos; do Sindicato dos Condutores Autônomos representado pelo Sr. João Pessoa da Costa e também alguns representantes das cooperativas de transportes de cargas da cidade de Paranaguá."

Faltou com a verdade o Deputado. Faltou com a verdade e eu tenho provas aqui comigo. O Sr. Presidente do Sindicato dos Estivadores, Isaias Vicente da Silva não convidou o Deputado. Foi convidado para a reunião por quem o convidou, que foi o único quem patrocinou esta reunião, foi o Presidente do Sindicato dos Ensacadores e Carregadores de Café de Paranaguá, Sr. Luiz Braz que está na posse da Presidência graças a intervenção de Ney Braga, porque não tinha condições legais de tomar posse segundo alegações do General Massa, na ocasião.

Não fosse o General Ney Braga o nosso Governador, que ontem, para satisfação minha, foi o Governador com o IBOP mais elevado de todos os Governadores. Ontem eu ouvi às 11 horas da noite, no Jornal da Globo e para satisfação minha, esse Governador foi quem deu condições legais para que o Presidente do Sindicato dos Ensacadores pudesse tomar posse. Os Presidentes dos Sindicatos da Estiva e dos Conferentes desmentem o Deputado que disse que foi convidado por eles também. E tenho aqui um desmentido formal dos Presidentes para quem quiser examinar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessi-

ta de apoio. Apoiado. Ao Departamento Legislativo. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/80, de autoria do Deputado ANTONIO FACCI, que altera os Cargos de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, atualmente pertencentes à Simbologia Geral DAS-4, passam a pertencer à Simbologia DAS-3. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 55/80, (Mens. Govern. n.º 51/80), que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os Municípios aqui nominados, objetivando a construção de centros esportivos e outras obras correlatas nas sedes destes Municípios. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 58/80, (Mens. Govern. n.º 58/80), que aprova o Termo de Re-Ratificação do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Londrina objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros, na sede do referido Município. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 59/80, (Mens. Govern. n.º 57/80), que aprova os Termos de Convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e os Municípios aqui nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, referentes ao exercício de 1.980. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná." Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de Utilidade Pública a "Casa do Professor Primário do Paraná", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de União da Vitória o lote de terreno urbano conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. Aprovado, pela Emenda Substitutiva, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de Utilidade Pública o "Centro Social Nossa Senhora Aparecida", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/80, de autoria

do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/80), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 — 4.^a Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.T.I.C., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 10/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel Gleba 2 — 4.^a Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes.

Art. 2.^o — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná promover a venda dos lotes da Gleba 2 — 4.^a Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes, com prévia fixação de área, preço e condições de pagamento.

Art. 3.^o — O produto das alienações de que tratam os artigos anteriores será recolhido à Fazenda Estadual.

Art. 4.^o — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.^o — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 4 de março de 1.980.

a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 10/80

A autorização do Poder Legislativo para que o Executivo aliene bens imóveis do domínio estadual é requisito estabelecido pelo Art. 21, alínea VIII, letra C, da Constituição do Estado do Paraná.

A Mensagem Governamental n.º 10/80, que encaminha a matéria, obedece perfeitamente, à disposição constitucional.

Tratando-se de medida de profundo significado social, nada se pode opor quanto à sua oportunidade.

Somos, portanto, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;
Augusto Carneiro, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 10/80

Oriundo de Mensagem Governamental, a presente Proposição, Projeto de Lei n.º 10/80, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 — 4.^a Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar sobre o mérito da medida ora proposta, temos que o termo de cessão de domínio pleno das Terras da Fazenda São Jerônimo, passado na Delegacia do Serviço de Patrimônio da União do Estado do Paraná, em 14.02.1949, o foi "ex-vi" do disposto no Art. 75 do Decreto Lei n.º 9.760, de 05.09.46 que estabelece:—

"nos termos, ajustes ou contratos relativos a imóveis da União, serão lavrados na repartição local da SPU e terão para qualquer efeito, força de escritura pública, sendo isentos de publicações para fins de seu registro pelo Tribunal de Contas".

Compareceram o representante da União que era o Procurador da Fazenda Federal, conforme estabelece o Art. 75 do citado Decreto Lei, e o representante do Governador do Estado.

Assim, no plano da legalidade do termo de cessão, vale assinalar que foi aprovado e registrado pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 17 de maio de 1.949, órgão que tinha a competência constitucional (Const. Fed. 46 — Art. 77, III) — para julgar a constitucionalidade, legalidade dos atos administrativos, conforme reconhecido da súmula 347 do Supremo Tribunal Federal e implícito nas Súmulas 6 e 7 daquela Corte. O registro pelo Tribunal de Contas foi “declaratório da existência e validade do negócio jurídico”, constituindo-se como ato perfeito.

Nestas condições, e tendo em vista o alto significado social que insere a matéria ora submetida à consideração desta Casa, opinamos FAVORÁVELMENTE à sua aprovação, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA que anexo apresentamos, visando dotar o Projeto de Lei com certos critérios que melhor adaptarão às suas finalidades legais.

É o parecer.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 10/80

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, mediante alienação ou doação, o imóvel Gleba 2 — 4.ª Parte da Colônia São Jerônimo aos seus ocupantes.

Art. 2.º — Aos ocupantes que tenham tornado o imóvel produtivo com o seu trabalho e o de sua família, nele mantendo morada permanente, por dois anos ininterruptos, serão doados os imóveis com área não superior a vinte e cinco hectares.

Parágrafo único — Aos ocupantes com mais de ano e dia e menos de dois anos de morada permanente será concedida licença de ocupação até que se complete aquele prazo. Esta licença de ocupação é insuscetível de transferência por ato inter vivos.

Art. 3.º — A alienação de imóvel aos seus ocupantes se fará até o limite de 100 ha., independentemente de licitação.

Art. 4.º — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, promover a doação e a alienação do imóvel aos seus ocupantes, nos termos dos artigos 2.º e 3.º, estabelecendo a área a ser transferida, preço e condições de pagamento, conforme Tabela de Preços aprovada pelo Conselho de Administração do ITC em 27 de novembro de 1.979.

Parágrafo único — A licença de ocupação a que alude o § único do art. 2.º será fornecida pelo ITC, após o levantamento das condições de ocupação.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

aa) Wilson Fortes, Presidente;

Lázaro Dumont, Relator.

Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, apenas para justificar o meu voto contrário a este requerimento, a este projeto, uma vez que não consta do processo uma informação requerida por este Deputado. Uma informação da Fundação Nacional do Índio, se estas terras pertencem ou não aos indígenas. Além de acharmos que esta propriedade do Estado tem origem fraudulenta, por não ter cumprido a Constituição vigente à época da doação da terra ao Estado do Paraná.

Portanto, quero deixar claro que votamos contrariamente, por acharmos que a origem deste projeto de lei não tem a legalidade necessária e, segundo, por não sabermos efetivamente se estas terras não são de propriedade dos indígenas, porque a FUNAI não se manifestou sobre o processo.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) continua em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

(Pausa)

25 Srs. Deputados aprovam;

11 Srs. Deputados rejeitam. **Aprovado.**

Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Trajano Bastos para compor a Comissão de Redação, em virtude do afastamento do Sr. Deputado Lineu Turra. Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Ofício firmado pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Deni Schwartz e Gernote Kirinus, para comporem a Comissão Especial que examinará os prejuízos causados à economia do Estado, com a construção de usinas hidrelétricas. Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Oikoski, ocorrido na cidade de Iriti. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados João Mansur e Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ary França Camargo, de Prudentópolis. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Lei n.º 121/80. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, com o apoio do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Senado Federal e Câmara Federal e aos representantes do Paraná nas referidas Casas de Leis, manifestando a solidariedade desta Assembleia na ação reparadora quando da aprovação do projeto de lei que pretende modificar o Parágrafo Único do artigo 57 da Lei n.º 3807. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de aplausos pela posse da nova Diretoria da Federação do Comércio Varejista do Estado. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Fazenda, Planejamento, Educação e Previdência Social, encarecendo seja feito um reestudo atento na distribuição da arrecadação da Loteria Esportiva e da Loto, na parte concernente a “Fundos e Programas Sociais”. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, Fazenda, Agricultura e demais autoridades, encarecendo seja feito um reajuste na

classificação de Produtores Rurais e aumento de liberação de financiamento para fins rurais de no mínimo 50% a mais da liberação ocorrida em cada exercício financeiro imediatamente anterior. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências contra os constantes roubos de caminhões e camionetas na região norte-paranaense, principalmente em Londrina. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, a fim de solucionar e regularizar o abastecimento de água na sede do Município de São José da Boa Vista. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência já havia proclamado o resultado e passado a outra matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Entende a Presidência que a matéria está em processo de votação. Cabe o pedido de verificação de votação antes que outra matéria seja submetida à apreciação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de ordem) Sr. Presidente, só para clarear: Vossa Excelência já havia iniciado a leitura de outro requerimento.

Parece-me que a vitória do murmúrio é uma vitória meio inconsciente.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Deputado Nelson Friedrich, a Mesa mantém sua opinião e determina a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

25 Srs. Deputado rejeitam; 2 aprovam.

Não há "quorum" para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a ligação de água e esgoto na rua Arthur Leinig, trecho entre as ruas Solimões e Irmã Tecla, no Bairro Mercês. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da Comissão Nacional de Energia, Ministro das Minas e Energia e ao Presidente da PETROBRÁS, no sentido de viabilizarem a exploração do xisto em termos industriais. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente do INCRA, Coordenador Regional do INCRA, Governador do Estado e demais autoridades, encarecendo urgente solução ao grave problema possessório da localidade de Brasiliana, Município de Assis Chateaubriand. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo providências, dentro do possível, contra a atuação dos empreiteiros no Porto de Paranaguá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de Delegado Especial para investigar

e apurar responsabilidades diante a crescente onda de furtos de gado na região noroeste do Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo recapeamento do asfalto que demanda a entrada do Município de Sertãozinho até o trevo da Rodovia Celso Garcia Cid. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Procurador da República Chefe Substituto no Estado do Paraná, encarecendo esclarecimentos sobre a representação formulada por Nicanor Maciel Cezar contra Luiz Bonatto. **Em discussão.**

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente. Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nosso requerimento de hoje, pede esclarecimentos à Procuradoria de Estado da Presidência da República, no sentido de podermos entender melhor esse processo democrático nesse País, que teima em manter bônicos corruptos no Poder.

Quer me parecer que, o Governo continua sua caminhada iniciada em março de 64, mas agora, com passos trôpegos e diante de uma avalanche de promessas de que estamos próximos ao encontro da redemocratização na Nação, segundo promessas feitas pelo General Figueiredo.

A verdade porém, é que o clima atual é de tensão, inconformismo, fome e desesperança. E, é nesse clima de incertezas e repressão, que o povo sai às ruas em passeatas, em greve através dos seus sindicatos de classe, em busca de defesa e reivindicando por seus direitos.

O povo está demonstrando pacificamente, que mesmo diante dos aparatos policiais, com provas de choques e cães amestrados e a utilização de viaturas do Corpo de Bombeiros, como demonstração de força e repressão por parte do Governo, não mais teme à ação de tal instrumento de repressão.

Mas, que também não pretende continuar explorado e em silêncio sem reagir.

O Governo se instabiliza, diante da imensa contradição, ao passo que o povo armado com os seus direitos parte para a manifestação em massa pedindo justiça, respeito, atendimento e apoio. Mas o Governo vem mantendo mesmo assim uma política de distanciamento do povo. Quando este, diante da realidade, movido pelo sofrimento, reivindica pelos seus direitos ainda pacificamente.

E foi o próprio Governo quem mais uma vez tirou do povo o direito de escolha, de renovação através do voto direto e secreto dos Prefeitos municipais, e principalmente nas denominadas faixas de fronteiras e áreas de segurança nacional, onde os donatários fazem escola ditatorial.

A manutenção desta política arbitrária e opressora por parte do Governo acabará por confirmar as intenções do Presidente Figueiredo, quando este afirmou que está procurando dar ao País uma democracia possível, e que segundo afirmações de parlamentares na área, foi o próprio chefe da Nação quem afirmou que fecharia o Congresso Nacional caso fosse aprovada a Lei das Prerrogativas.

Esta questão ainda está em discussão nos meios oficiais. Mas a verdade é que a manutenção dos Prefeitos dos municípios considerados faixas de fronteira, área de segurança nacional, é uma verdadeira afronta e torna agora com a prorrogação dos mandatos com uma imposição governamental de estratégia e conhecida por todos, pelos "Odoricos do Oeste". Caso por exemplo dos donatários de Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaira, este no cargo há 15 anos e principal-

mente de Medianeira, no cargo, segundo comentários gerais, por não ter capacidade suficiente para administrar a fazenda de um político situacionista do qual era empregado e que por castigo foi nomeado Prefeito.

E o mal vem sendo cometido contra um povo ordeiro e pacato, sempre com o aval dos não menos el-rei do Estado do Paraná, que são nomeados segundo os interesses dos que comandam a política técnico-burocrático-militar-transnacionalizada, aliada aos regimes de excessão da América Latina.

Em outra oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordei aqui desta tribuna o problema, situando-me sobre a irregularidade que o "Odorico de Medianeira", mais precisamente Luiz Bonatto, vinha promovendo. Por incrível que pareça o donatário lá continua, firme com o apoio e o sorriso deste Governo.

Certa ocasião levantei através de pronúncia uma série de irregularidades praticadas por esse biônico municipal, com uma série de documentos comprobatórios e na ocasião o então ex-Deputado Ivo Thomazoni levantou-se em defesa deste homem, afirmando inclusive que era ele Deputado e Luiz Bonatto, que era como um irmão seu. Que irmão? Mui irmão!!! Poderíamos dizer.

Nã verdade nada aconteceu contra o donatário Bonatto e este conseguiu inclusive afastar da Câmara Municipal um dos seus maiores opositores, o Vereador Adolfo Mariano da Costa, que mais tarde reassumiu o cargo porque não se provou nada contra ele. Afinal de contas quem administra, quem manda e desmanda no município não é o Vereador, mas o donatário Bonatto.

Deixamos aqui uma pergunta, a qual esperamos ser respondida pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, General Ney Aminthas de Barros Braga. Sabedor de todas as acusações e irregularidades que pesam contra aquele administrador, mal administrador, qual o motivo de Sua Excelência ainda o manter no cargo? Já que possui dentro do atual regime de sistema político poder para substituí-lo.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Gernote Kirinus, neste momento nós ficamos altamente satisfeitos por ver um parlamentar da minha região, da região sofrida do Oeste do Paraná que tem na direção de diversos municípios pessoas que não foram eleitas pelo povo, para administrar uma comunidade, comunidade que nós não podemos aceitar diferentemente das demais comunidades brasileiras. E não podemos aceitar quando se diz o que é área de segurança nacional para dar segurança a um País. Segurança em qualquer País, não é eleição. Eleição significa apenas democracia, direito de um povo de escolher seu representante, de escolher o seu dirigente. Eleição jamais tirará a segurança de uma Nação, quanto mais de um município, que é restrito a uma comunidade.

Mas este cidadão que Vossa Excelência fala, Deputado Kirinus, que tem o nome de Luiz Bonatto, as acusações que Vossa Excelência faz ainda são muito poucas. Porque na gestão, ou seja na legislatura passada, na Câmara Municipal de Medianeira, acontecia fato mais interessante do que o que acontece hoje. Hoje foi apenas a manipulação de um poder para cassar um Vereador, detentor de um mandato popular. Na Legislatura passada, este mesmo donatário, conseguiu constituir duas Câmaras Municipais em um só município, dividindo os nove Vereadores, cassando um por não comparecimento à Câmara, e que não houve sessões, apenas editais frios, e conseguiu colocar mais um Vereador, desta feita ficando a Câmara de Medianeira, quando pela lei, juridicamente, tem o direito de apenas 9 Vereadores e ficara com dez; porque assumira um suplente, sem nenhum Vereador ter sido cassado. Reuniram-se 5 Vereadores de um lado, 5 de outro, e Bonatto conseguiu mandar funcionários da Prefeitura arrebentarem a porta da

Câmara Municipal, porque ali se reuniram, na realidade, os verdadeiros representantes do povo. E trocaram até as feaduras, para que Vereadores de seu lado assumissem a posição que ele desejava.

Mas isto não é nada. Vamos mais além.

Quando o Tribunal de Contas deste Estado, em um dos anos consecutivos, porque nunca fôra aprovado, suas contas nunca tiveram parecer favorável do Tribunal de Contas, ele sempre alega, problemas técnicos, mas que técnica é esta que nunca aprende? Quantos anos são?

Mas o mais grave é que o Tribunal, em um dos anos, não aprovou as suas contas porque foi comprada uma máquina motoniveladora para o Município de Medianeira sem autorização da Câmara Municipal. E quando o Tribunal de Contas inquiriu o Prefeito Luiz Bonatto de porquê fora comprada aquela máquina e como, sem a aprovação da Câmara, ele conseguiu fazer uma lei nas coxas, sancioná-la, isto burlando uma lei municipal, passando por cima de um Legislativo, como se o Brasil fosse um País que não existisse Poder Legislativo.

Isto acontece, Deputado Gernote Kirinus. Vossa Excelência tem o apoio inteiro deste Parlamentar que vos fala e da comunidade de Medianeira, que Vossa Excelência está trazendo. Graves, mas verdadeiras acusações contra um homem que tudo o que Vossa Excelência disse ainda é pouco.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que, inclusive, vem testemunhar a veracidade dos fatos que aqui trazemos. Inclusive, respondendo ainda ao aparte, Luiz Bonatto se fosse possível, destituir o povo e eleger outro povo de Medianeira, ele o faria, para poder continuar no seu mandato.

Mas a nossa indagação continua, como que um homem, comprovadamente corrupto, opressor, perseguidor do seu povo, ainda continua no poder durante tantos anos? Não entendemos, de fato, e é isto que pedimos esclarecimento em nosso requerimento.

É bem verdade o que dizia o nobre Deputado Tércio Albuquerque. O Tribunal de Contas, durante vários anos, não aprovou a prestação de contas de Medianeira. E o "Odorico" de lá, continua o mesmo, realizando mirabolantes façanhas. Quando a situação aperta, ele ao inaugurar escolas, obras sociais e mesmo logradouros públicos, busca homenagear parentes de altas autoridades governamentais, para, quem sabe, chegar mais perto, buscar uma aproximação e desfazer as acusações contra si e manter-se assim no cargo.

Isso pode até parecer ironia, mas acontece com a atual administração corrompida e corrupta do município, distante a 630 quilômetros da Capital do Estado, contando com uma população estimada em mais de 70 mil habitantes, irregularidades aberrantes como as praticadas em Medianeira, são praticadas também em outros municípios, pelos mesmos donatários nomeados nos demais municípios da região Oeste do Paraná, sem que as autoridades competentes reajam para defender aquela população na mão desses malfetores. Tem o aparte o Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Gernote Kirinus, este famoso donatário, Bonatto, já virou peça de museu e objeto folclórico nesta Casa.

Recordo-me que, na legislatura passada, o Deputado Ernesto Dal'Oglio trazia para esta tribuna, na mesma posição em que Vossa Excelência agora está, as denúncias mais graves que fariam corar um monge de pedra; que provocou, inclusive, na oportunidade, que o Chefe do Poder Legislativo, na época o Deputado Ivo Thomazoni, abandonasse a Presidência desta Casa para tentar defender um indefensável.

Mas, veja Vossa Excelência que a história vai caminhando e vai deixando lições que só não aprende quem não tem vontade de aprender; confirmando aquela expressão bíblica de que "tem ouvidos e não houve, tem olhos e não vê".

Porque em Medianeira aconteceu de tudo, até incêndios misteriosos em Prefeitura, queimando arquivos, incinerando provas, sepultando indícios evidentes de corrupção, e nada aconteceu.

Mas a história, Deputado Gernote Kirinus, está aí a dar as suas lições, que este caso desta capitania hereditária vitalícia e perpétua, dada a um apaniguado do Poder oficial, nada mais é do que uma das milhares de seqüelas de um autoritarismo imposto ao País há 16 anos, pelas armas e por elas mantido.

E veja Vossa Excelência que me parece até que este homem deve estar hoje desejando alçar vãos mais elevados, porque ele há de ver o exemplo da República que aí está: seqüestro de avião não para Cuba, mas para Brasília, dá medalha, dá aplausos; negociata na Bolsa de Valores não dá sindicância na Vale do Rio Doce, mas dá aplausos; cadastro de corrupção, Deputado Gernote Kirinus, hoje, no regime autoritário, não dá mais cadeia não, dá o Governo do Mato Grosso do Sul, dá o Governo de São Paulo, e dá a aspiração à Presidência da República.

E olhe Deputado Gernote Kirinus, o Governador Paulo Maluf, que ponha as barbas de molho, porque ele, que já tinha um Vice-Presidente garantido, na pessoa do Senador Pedrossian, acobertador de tantas e tantas coisas, que nós conhecemos, inclusive aqui no Paraná, com problemas de contrabando de café, ele que se cuide, que a candidatura deste donatário deve estar sendo lançada, porque cadastro para isso, Vossa Excelência está comprovando que ele tem. Mas, é mais um dos frutos do autoritarismo imposto ao País. Daí porque — e o nobre Deputado Tércio Albuquerque há de convir conosco — daí porque, a grande bandeira do PMDB, a grande bandeira das Oposições, a grande bandeira dos democratas, é a convocação de uma assembléia nacional constituinte, que há de acabar não apenas com figuras grotescas como a desse donatário, mas com tantas e tantas outras figuras hediondas que estão emporcalhando, enxovalhando a história nacional.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte que vem enriquecer e, mais uma vez, firmar e selar a verdade que ora estamos trazendo à tribuna. Uma verdade que nos magoa, uma verdade que nos choca, porque somos, principalmente os representantes do Sudoeste do Paraná, que somos as vítimas desses mandatários que parecem que, com seus atestados de corruptos, têm mais poder do que aqueles que pretendem defender aquelas populações.

Realmente, Vossa Excelência disse bem; esse mal nos foi trazido através do autoritarismo imposto, em 1964, ao povo. E vem germinando e corroendo, os poucos resquícios que ainda restavam de uma estrutura democrática, porque servem de escudo aos mal intencionados que compõem as fileiras dos apadrinhados coronéis da Revolução, e que servem em quartéis, cuja ordem do dia, é a defesa dos interesses próprios, em ação totalitarista, arremedando o regime de exceção e da farsa desincumbida pelos estrategistas habitantes dos laboratórios palacianos federais e estaduais.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, realmente, estamos diante de um quadro interessante.

Medianeira já entrou na História. Porque, se não bastassem tantas coisas, existe até um livro de um grande companheiro nosso — Dr. Adolfo Mariano da Costa — “O Donatário”, inspirado nas profundidades “odoricanas” de Medianeira.

Mas, a área de segurança nacional é outra piada, em Medianeira, porque não faz divisa com nenhum outro país. É fora de qualquer propósito falar-se em área de segurança nacional. Aliás, criaram esses municípios de área de segurança nacional e se esqueceram de Santa Helena e incluíram Medianeira. Depois, reformaram o decreto-lei do Governo e acabaram incluindo Santa Helena, mas esqueceram de tirar Medianeira.

São coisas interessantes que acontecem em Santa Helena.

Mas não queria ir muito longe, neste aparte, porque Vossa Excelência está se conduzindo de uma maneira muito bem, como tem feito sempre, mas talvez tenhamos, a nível até de sugestão ao Prefeito Luiz Bonato, que mudasse de nome para Luiz “mau ato” ou “miau Gato”, porque caracterizaria bem a procedência de seus atos.

Obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência. Aliás, sempre têm sido feitos com muito brilhantismo e vem endossar, mais uma vez, nossas palavras.

Luiz Bonato, ou Luiz “Mau. ato”, ou “Miau Gato” e, seja talvez o exemplo mais típico de toda essa pitoresca administração pública em faixa de fronteira.

Guaíra, por exemplo, o Prefeito Kurt Walter Hasper, se encontra à frente do executivo municipal há mais de 16 anos. 16 anos! Desde que houve a última eleição direta em nosso Estado, em todo o País. Mas, o pior deles, é que o donatário Luiz Bonato já chegou a afirmar, que dali da Prefeitura não pretende sair, e ao povo o que restará em termos de esperanças, a continuidade da arbitrariedade, da opressão, do abuso do poder. Do desrespeito, do tráfico de influência, a saída do protegido do ex-Deputado Ivo Thomazoni, agora no Tribunal de Contas do Estado, que lá chegou não se sabe por que razões governamentais, se por interesse do Governador Ney Braga que, aliás, vem manipulando com os cargos do TC a seu bel prazer, conforme inclusive, noticiou-se pela imprensa nacional do dia 5 de julho do corrente ano. Mas, vamos aos fatos de Luiz Bonato.

Sem protetor nesta Casa, porque ninguém mais tem a coragem de poder, de querer alcançar uma escada a um corrupto desse tamanho. Porque, como diz o ditame popular, quem alcança uma escada, o ladrão, é meio ladrão. E eu pergunto e indago mais uma vez, com insistência e querendo obter uma resposta. Será que o Governador Ney Braga, vai continuar alcançando a escada do Poder, da Prefeitura Municipal em Medianeira? Ao dispor sobre os fatos, muitos deles aqui já citados, inclusive, pediria que se considerasse lido essa parte do nosso pronunciamento, porque parece que é de conhecimento de todos, pelo menos de todos nesta Casa, e da região toda, do Oeste do Paraná, interessante é que não seja do conhecimento dos altos mandatários do nosso Estado, e da Presidência da República. Mas, como dizia o Deputado Renato Bernardi, referendando a Bíblia Sagrada, “o pior cego é aquele que não quer ver”.

“Pior surdo, é aquele que não quer ouvir”. Porque esses realmente, são incuráveis, não têm cura. Não têm chance de cura, porque a cura unicamente estaria presa à sua vontade pessoal. Portanto, depende da vontade pessoal do Presidente da República ou do Governador do Estado do Paraná, limpar esta área de Medianeira, libertar a população das mãos daquele que tantos prejuízos traz, ao município e com ele, envergonha também o Estado. Em determinada ocasião, cujas manobras já citadas aqui, a substituição de Vereadores, a cassação de Prefeitos, a nomeação inclusive, direta e pessoal de Presidentes de Câmaras de Vereadores, esta é a maneira suja, irregular, opressiva que o donatário Luiz Bonatto, conseguiu a aprovação de suas contas referentes os exercícios dos anos 72/76. Todas elas até o ano passado, desaprovadas pelo Tribunal de Contas, e a partir de 76 Bonato não mais enviou prestação de Contas à prestação nem da Câmara, e não se sabe se as devidas prestações foram levantadas a nível de Tribunal de Contas.

Portanto, Luiz Bonato nem presta mais contas. Luiz Bonato está envolvido numa série de processos-crimes, inclusive, tramitando aqui em Curitiba. Temos aqui declarações inclusive negativas, que comprovam que Luiz Bonato está respondendo uma ação popular de número 401/79, responde além disso, uma ação penal na Justiça de Curitiba, onde são vítimas os cidadãos José de Moura Torres e o Vereador Adolfo Maria-

no Costa. Responde a uma exceção de verdade na Comarca de Santa Helena. Responde a uma representação formulada perante o Procurador Geral da República, apresentadas pelos ex-Vereadores Nicanor Maciel Cesar. Os foruns estão começando a se encher de ações populares contra tais mandatários, mas eles continuam ali, intocáveis, continuam administrando ao seu bel prazer.

Não se pode mais admitir cegueira, ouvidos moucos por parte do Governo, seja estadual ou seja federal, que são co-responsáveis pela manutenção desses homens no poder.

Portanto, o nosso requerimento se aprovado por esta Casa, que acredito que não queira também alcançar uma esca-da ao ladrão Luiz Bonato, esse requerimento haverá de trazer, pelo menos a esta Casa, os esclarecimentos de como pôde um homem com tantas injustiças, respondendo a tantos processos, ser o indicado pelo Governo para administrar uma população de 70 mil habitantes de Medianeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 06, quinta-feira, à

hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 48/80 e de Lei n.ºs 45, 76, 78 e 87/80.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 22, 84, 102, 123 e 133/80.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10 e 137/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/80 — já anunciado em Sessão anterior — Orçamento Anual do Estado para o Exercício de 1981.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para a sexta-feira, dia 7, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 83, 120, 124 e 129/80.

Levanta-se a sessão.